

## **MONETARISMO, ATÉ QUANDO**

Luiz Carlos Bresser-Pereira

*Folha de S. Paulo*, 26.04.1981

A política econômica monetarista em curso, que já nos fez mergulhar em plena recessão, será mantida enquanto os empresários se dispuserem a suportá-la na crença de que afinal estarão sendo beneficiados. Estes benefícios poderiam traduzir-se em uma eventual queda na taxa de inflação, no reequilíbrio de nossa balança comercial com o exterior, e na contenção das reivindicações salariais dos trabalhadores.

Sobre este último problema ouvi de um economista monetarista a seguinte frase: “uma grande vantagem da atual política econômica é ter obrigado os trabalhadores a aceitar um acordo ao invés de fazerem greve”. Esta frase tem uma base na realidade. De fato, conforme declarou Lula, o “acordo foi ruim para os trabalhadores”, e só foi aceito porque na havia outra alternativa dado o desemprego crescente.

O importante, a saber, agora, é se as empresas brasileiras já necessitam de uma recessão para lutar contra as reivindicações salariais. Nos países capitalistas centrais este fato é notório. E é a razão básica pela qual os partidos conservadores tendem a ter apoio da burguesia em suas políticas monetaristas ortodoxas. A recessão serve não apenas para combater a inflação, mas também e principalmente para arrochar os salários. Os sindicatos nesses países são extremamente poderosos. Quando, no auge do ciclo econômico, esgota-se o exército industrial de reserva formado pelos desempregados é necessário para a classe dominante restabelecer essa reserva. Caso contrário os salários tenderão a crescer mais rapidamente que a produtividade provocando o declínio da taxa de lucro. Para as empresas trata-se, então de escolher entre ver seus lucros reduzirem-se porque aumentam os salários (e as pressões inflacionarias) ou ver sua taxa de lucro cair conjuntamente com os salários e as pressões inflacionarias. É claro que preferem a segunda alternativa.

Se isto também já for verdade para o Brasil poderemos esperar um apoio mais prolongado da burguesia às medidas recessivas, o desemprego continuará aumentando, e só quando as falências e concordatas começarem a se manifestar com intensidade é que a burguesia dará o basta, obrigando o Governo a mudar a política. Recessão será instrumento de luta de classes.

Há, entretanto, poucas indicações de que tenhamos chegado a esse estágio no Brasil. Dada a oferta ilimitada de força de trabalho no campo e na periferia das cidades e o baixo nível de organização dos sindicatos (tutelados pelo Estado), as empresas geralmente não precisam de recessão para conter os salários. Já existe um exército industrial de reservas “natural” no Brasil dada a incapacidade das atividades especificamente capitalistas absorverem toda a força de trabalho disponível. Por isso os empresários não apóiam políticas monetaristas como a atual.

É certo que no momento existe uma lei salarial no Brasil que beneficia os trabalhadores. Contra essa lei erguem-se hoje não apenas alguns setores da burguesia (contrários ao aumento de 10% real até três salários mínimos) mas também da classe média tecnoburocrática que recebe ordenados superiores a vinte salários mínimos. Diante disso os economistas ortodoxas do governo procuram obter o apoio da burguesia contra a lei de salários ao mesmo tempo que demonstram a incompatibilidade dessa lei com a recessão (que eles próprios criaram). A recessão beneficiaria assim a burguesia, ajudando-a a modificar a lei de salários.

É bom lembrar, entretanto dois fatos: de um lado a lei salarial recebeu amplo apoio da burguesia, porque era uma base da paz social; de outro, é certo que uma recessão desemprega trabalhadores, mas também desempregam técnicos e administradores, reduz os lucros e afinal leva empresas à falência. Na verdade a recessão, em uma economia como a brasileira, é um jogo de soma menor que zero, em que todos perdem.

Na verdade é pouco provável que a recessão possa ser considerada hoje como uma estratégia da burguesia contra as reivindicações dos trabalhadores ou contra a lei salarial. Apenas no ABC os sindicatos alcançaram um nível de organização que talvez autorizasse uma interpretação dessa natureza. Mas mesmo aí, onde a recessão aliás está sendo mais

grave devido à necessária (embora no momento já fora de controle, ex-cedendo o previsto) crise da indústria automobilística, é definitivamente duvidoso que a recessão possa interessar as empresas.

Um sinal de que a recessão realmente não é desejada pelos empresários está no fato de que as autoridades econômicas que levaram a economia a taxas recordes de desemprego e desaceleração industrial insistem em minimizar o fato. Dedicam-se a exercícios semânticos infundáveis. Falam em “desaquecimento”, “problemas setoriais”, querendo dessa forma enganar a todos inclusive a burguesia (e quem sabe a si mesmos?) quando o quadro recessivo é claro. Não estamos em uma depressão, em uma crise geral com taxas negativas de crescimento e taxas altíssimas de desemprego (aliás o Brasil industrial nunca esteve nessa situação). Mas estamos já vivendo a segunda recessão da história do Brasil industrial, com taxas de desemprego e de redução do crescimento industrial que não se verificavam no Brasil desde 1965.

A burguesia, entretanto, ainda não deu o basta a esta política econômica monetarista por três motivos. Em primeiro lugar, porque é dividida. A recessão pode não interessar à burguesia em geral, mas interessa, pelo menos em uma primeira fase, à burguesia financeira. O capital bancário no Brasil tem origem mercantil e mentalidade mercantil. Está interessado nos lucros fáceis da especulação e de altas taxas de juro. Não importa que esta seja uma visão de curto prazo. E que a médio prazo, depois de levar as empresas industriais à falência, os bancos lhes venham a seguir os passos, como aconteceu na Argentina.

Em segundo lugar porque, como os economistas monetaristas locais, a burguesia está submetida à ideologia econômica dos países centrais. E esta ideologia economicamente liberal, que acredita que todos os problemas econômicos serão afinal resolvidos pelos mecanismos de mercado, tem profundas raízes no capitalismo. Dessa forma, a burguesia brasileira está submetida a uma dupla subordinação ideológica: à subordinação à ideologia capitalista em geral, e à ideologia da cultura dominante existente nos países centrais. Os empresários mais lúcidos sabem que essa ideologia monetarista é inaplicável ao Brasil. Que ela não interessa a ninguém: nem aos empresários, nem aos trabalhadores. Que ela não resolvera os problemas do balanço de pagamentos e muito menos os da

inflação. Mas mesmo esses empresários mais lúcidos, sob a pressão da ideologia dominante, ficam às vezes paralisados.

Esta perplexidade da burguesia aumenta por uma terceira razão: a alternativa a uma política econômica monetarista é uma política econômica administrativa. Ora, uma política econômica desse tipo implica em uma decidida intervenção do Estado na economia inclusive controlando preços. E obviamente essa não é uma tese popular entre os empresários apesar da sua absoluta inevitabilidade nas economias mistas capitalista contemporâneas caracterizadas pelo capitalismo monopolista de Estado ou capitalismo tecnoburocrático.

Além dessas três razões de ordem estrutural, há outras duas razões mais conjunturais que vem atrasando o basta dos empresários à atual política econômica. Em primeiro lugar eles estão bem lembrados que a tentativa de uma política administrativa realizada pelo Sr. Delfin Neto a partir de agosto de 1979 falhou. Provocou distorções profundas na economia e acelerou a inflação. Têm medo que novos erros, como a “inflação corretiva” de 1979, a maxidesvalorização de dezembro de 1979, e as prefixações da correção monetária e da correção cambial se repitam.

Em segundo lugar, embora já em plena recessão, com um nível de desemprego e de queda de atividade econômica muito claros e de uma intensidade que não acontecia no Brasil desde 1965, as falências das empresas ainda não começaram a ocorrer. Isto permite ao governo, enquanto trabalha intensamente pela recessão, afirmar todos os dias através dos jornais que não há recessão, mas “desaquecimento”. Que os problemas de desemprego são setoriais.

Há claras indicações, entretanto, que os empresários começam a acordar. Começam a descobrir que estão sendo enganados. E a exigir uma modificação urgente na política econômica. Eles sabem que uma recessão é como uma bola de neve. Seus efeitos negativos se multiplicam rapidamente.

Por outro lado a principal razão que levou a esta política foi a pressão dos banqueiros internacionais. Essa pressão acabou, e o sistema financeiro está ansioso por nos

emprestar, seja porque as taxas de juros que pagamos são muito convidativas, seja porque sobram petrodólares serem reciclados.

A política econômica ortodoxa perdeu, portanto, sua única razão de ser. Tudo indica, portanto, que logo será abandonada por pressão dos empresários. O restabelecimento do subsídio as exportações de manufaturados foi um primeiro movimento claro nesse sentido. Outros virão.

O grave, entretanto, é que isto não significa que o governo vá formular uma política econômica alternativa, de caráter administrativo, coerente. Há um ano atrás dizíamos que, em face à crise econômica e à falta de legitimidade política do governo, este estava paralisado. Sua política econômica tornara-se endógena. Fruto das pressões e contrapressões internas e externas. Esta política econômica suicida será, portanto abandonada, mas isto não significa que uma alternativa válida será encontrada, embora ela exista. Seja pela gravidade dos desequilíbrios estruturais da economia brasileira, se já pelas dificuldades econômicas que o mundo enfrenta, seja pelas contradições e falta de legitimidade do governo brasileiro, continuaremos em crise. Mas abandonando essa política monetarista estaremos flutuando na crise ao invés de nela nos afundarmos como acontece no presente momento.(26/04)